

**A GESTÃO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma proposta
de articulação entre conselho municipal e vigilância em Teresina –
Piauí**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública com ênfase em governo Local pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.

Aluna: Fátima Eugênia de Araújo Silva,
Orientador: Herculis Pereira Tolêdo -
Doutorando em Serviço Social (PUC-
RIO).

Brasília – DF
Outubro/2018

A GESTÃO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma proposta de articulação entre conselho municipal e vigilância em Teresina – Piauí

Autora: Fátima Eugênia de Araújo Silva
Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas –
SEMCASPI

Palavras-chaves: Controle Social; Assistência Social; Vigilância Socioassistencial.

Resumo:

O presente trabalho aborda conceitos acerca do Conselho Municipal de Assistência Social e o sistema de Vigilância Socioassistencial, sendo este uma função da PNAS, conjuntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos. Tem como objetivo apresentar alternativas de metodologia de trabalho entre o Conselho Municipal de Assistência Social e Vigilância Socioassistencial no planejamento territorial e no fluxo de aprimoramento de gestão da política de Assistência Social no município de Teresina. A Vigilância Socioassistencial é uma importante ferramenta de gestão dos serviços sociais, por meio de informações territorializadas sobre as vulnerabilidades, riscos sociais e a materialização da política no território, associadas produção de conhecimentos aplicados ao planejamento e desenvolvimento da política, contribuindo na tomada de decisão dos conselhos municipais. Apresenta como metodologia de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e de campo, de natureza quantitativa e qualitativa, e como referencial teórico: Sposati (2004); Yasbek (2008); Koga (2003).

SUMÁRIO

1. Diagnostico	4
1.1. Definição do problema	4
1.2. Contexto/justificativa do problema	6
1.3. Metodologia de coleta de dados	12
1.4. Localização do Plano de Intervenção	13
1.5. Público-Alvo.....	13
1.6. Valor previsto.....	13
1.7. Duração.....	15
1.8. Instituição/unidade funcional gestora e idealizadora.....	15
2. Objetivos	17
3. Marco Técnico e Teórico	18
4. Escopo.....	25
4.1. Estrutura Analítica.....	25
4.2. Não escopo.....	26
4.3. Levantamento de Restrições, Premissas e Riscos	27
Fonte: elaboração própria.	27
4.4. Estrutura de gestão e principais atores envolvidos.....	27
4.5. Quadro de Trabalho/equipe	28
5. Cronograma.....	30
Considerações finais.....	31
Referências bibliográficas.....	33
ANEXO	36

1. DIAGNOSTICO

1.1. Definição do problema

A Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF - 1988) concretizou um marco histórico para os movimentos que lutaram pela consolidação da assistência social como política de Estado e como direito dos cidadãos, a lei assegura que compete ao poder público, organizar a seguridade social, composta pela tríade de saúde, assistência e previdência social. A partir desse marco legal, o Estado democrático brasileiro estabelece diretrizes para a consolidação dos direitos aos mínimos sociais, garantidos, posteriormente, pela Lei Orgânica da Assistência social – LOAS¹ em 1993.

Outros instrumentos normativos legais dão concretude às demandas de uma sociedade marcada por ações de benemerência, fundadas em valores clientelistas. Como materialização do conteúdo posto na LOAS e dos princípios enunciados na CF de 1988, em 2003 tivemos as deliberações da IV Conferencia Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, que contribuiu para aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, que concretizou a Assistência Social enquanto política pública de direito, por meio da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)², na perspectiva de integrar o Governo Federal com Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SUAS se constitui um grande avanço para os direitos sociais instituídos na carta magna, frente ao processo de política pública marcada historicamente por ações de caráter assistencialista, filantrópica, de favor. Num contexto neoliberal, a efetivação do SUAS, enquanto sistema público de assistência na agenda das políticas públicas brasileiras, exigindo assim, o envolvimento dos diversos atores sociais, na perspectiva de uma participação cidadã, numa interação com o Estado.

¹ Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435 de junho de 2011.

² O SUAS constitui-se numa forma de operacionalização da Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS, que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a sua regulação, em todo o território nacional.

Os princípios aprovados na CF de 1988, entre eles, a participação e a descentralização, reafirmados nas normativas da Assistência Social, instauram efetivas possibilidades de ampliação dos espaços de participação, na institucionalização e desenvolvimento da capacidade política aos cidadãos. Isso se perfaz pelo controle social, compreendido como o controle da sociedade sobre a ação do Estado, fomentados na sociedade brasileira no período da redemocratização da sociedade e materializado pela instalação dos conselhos, em âmbito nacional, estadual e municipal.

A PNAS de 2004 estabelece regras do pacto federativo, formas de adesão ao sistema e o financiamento da política, e as funções da Assistência Social: a proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial; a vigilância social; e a defesa dos direitos socioassistenciais.

A Vigilância Socioassistencial no município de Teresina é uma área vinculada à Gestão do SUAS na Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMCASPI) que tem como responsabilidade precípua a produção, sistematização e análise de informações territorializadas sobre as situações de risco e vulnerabilidade que incidem sobre famílias e indivíduos, assim como, de informações relativas ao tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

Entretanto, a relação sistemática da vigilância socioassistencial com a apresentação de dados sistemáticos de execução da política de Assistência Social no município ao CMAS é de extrema importância para efetivação da gestão pública.

Nesse sentido, o presente trabalho de caráter interventivo desenvolvidos junto ao CMAS de Teresina, buscará, nesse sentido, apresentar alternativas de metodologia de trabalho entre o CMAS e a Vigilância Socioassistencial no planejamento territorial e no fluxo de aprimoramento gestão da Política de Assistência Social no município. É notório na gestão local que apropriação sistemática das informações apresentadas e elaboradas pela vigilância socioassistencial é de extrema importância para o controle social, precisando ser desenvolvidas e trabalhadas sistematicamente com o CMAS de Teresina.

1.2. Contexto/justificativa do problema

1.2.1. Contextualização do problema

A participação da sociedade civil na construção de políticas sociais públicas a população foi uma das conquistas da CF de 1988. Várias leis ordinárias aprovadas posteriormente, como o Estatuto da criança e do Adolescente – ECA, a lei de regulamentação do Sistema Único da Saúde - SUS e a LOAS reiteram a importância dessa participação, legitimando assim, o papel da sociedade civil no exercício do controle social.

Pode-se afirmar que o controle social, na perspectiva das classes subalternas, visa à atuação de setores organizados na sociedade civil que as representam na gestão das políticas públicas no sentido de controlá-las para que atendam, cada vez mais, às demandas e aos interesses dessas classes.

Tendo em vista que, segundo o artigo 204 da CF de 1988 e da LOAS, em seu artigo 6º, dispõe:

“As ações na área de Assistência Social são organizadas em sistema descentralizado e participativo constituído pelas entidades e organizações de Assistência Social (...) que articule meios, esforços, recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área” (LOAS, 1993).

Ricco e Raichelis (Ibid, p. 36) afirmam que as áreas sociais adquiriram nova importância nos últimos anos, mas que ainda não se formou uma “cultura do setor”, e que não sabemos como gerir estas novas áreas, pois os instrumentos ainda estão em formação.

No âmbito da gestão pública descentralizada os conselhos ganham destaque, possibilitando a participação popular e o controle social da gestão. Sua natureza e funcionamento derivam do modelo constitucional brasileiro de organização do Estado democrático de direito.

No contexto da gestão pública das políticas sociais, outra modalidade de articulação entre estatal e privado na direção do público tem sido a experiência dos conselhos de gestão das políticas públicas, prática que vem se desenvolvendo especialmente no âmbito da política de seguridade social

nas áreas da saúde e da assistência social (...) (RAICHELIS & WANDERLEY, 2004, p. 23).

É importante termos em mente que as políticas públicas mesmo sendo de competência do Estado não são decisões impositivas do governo para a sociedade, envolve relações de reciprocidade e antagonismo entre ambos.

Um autor que nos ajuda nessa compreensão é Antonio Gramsci através do seu conceito de Estado Integral - uma categoria que amplia a compreensão quando comporta a sociedade política e a sociedade civil enquanto unidade orgânica na formação do Estado.

Nesse sentido, as determinações do fenômeno estatal são teorizadas por Gramsci a partir de duas esferas: a sociedade política e a sociedade civil. A primeira esfera, definida como sendo o próprio Estado, Estado em sentido estrito ou "Estado-coerção", a serviço da classe dominante, representa o monopólio legal da repressão e da violência sob o controle das burocracias executiva e policial militar. O conceito de sociedade política trata-se do Estado em sentido restrito, ou seja, o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativa nem passivamente, também chamado nos *Cadernos de Cárcere* de "Estado político" e "Estado-governo". Já a segunda, a sociedade civil, compreende o conjunto das organizações responsáveis pela construção e disseminação das ideologias: os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura, o sistema escolar, os movimentos sociais, dentre outras.

Assim, a participação ativa da sociedade civil nos processos de definição e controle da execução das políticas públicas é fundamental para a consolidação de sua dimensão efetivamente pública.

Na concepção liberal de sociedade civil, esta é considerada homogênea e portadora de interesses universais implicando em práticas sociais que visam superar os antagonismos de classes, estabelecendo-se negociações e parcerias entre Estado e sociedade para resolver problemas que se apresentam como universais, formando-se novas relações colaboracionistas baseadas em consensos interclasses (CORREIA, 2005).

Assim, a participação e o controle social, tão reivindicados pelos movimentos sociais, tão almejados durante o período de regimes políticos não democráticos continuam sendo grandes desafios para os atores sociais inseridos no contexto das políticas sociais.

A LOAS (BRASIL, 2015b) decretada em 1993, definindo a finalidade desta política em relação à garantia dos mínimos sociais e à garantia de condições para a vida em sociedade. As diretrizes constitucionais da descentralização político administrativo e da participação democrática foram reforçadas, determinando a primazia da responsabilidade do Estado pela condução da política de Assistência Social (BRASIL, 2015b). Definiram-se também como objetivos desta política, a proteção social, a defesa de direitos e a vigilância socioassistencial (BRASIL, 2015).

Assim, a concepção de Vigilância Socioassistencial instituída pela PNAS (2004) está ancorada em um conjunto integrado de conceitos e categorias que buscam instituir uma abordagem específica para a produção de conhecimentos aplicados ao planejamento e desenvolvimento da política de assistência social. Tal abordagem evoca a apropriação e utilização de três conceitos-chave que interrelacionados propiciam um modelo para análise das relações entre as necessidades e demandas de proteção social no âmbito da assistência social, de um lado; e as respostas desta política em termos de oferta de serviços e benefícios à população, de outro. Estes conceitos-chave a partir dos quais se busca analisar as relações entre necessidades e ofertas são: risco, vulnerabilidade e território.

A Vigilância Socioassistencial organizar-se para prover informações, análises e indicadores referentes aos riscos e eventos diretamente relacionados às competências da política de Assistência Social; entretanto é extremamente importante reunir informações e análises relativas aos “riscos sociais” (inclusive socioambientais) em sentido amplo, visto que estes tendem a se remeter a situações de vulnerabilidade que desencadeiam efeitos sobre a necessidade/ demanda por assistência social, ainda que o enfrentamento ou prevenção das causas não esteja na esfera de competência desta política.

A Vigilância Socioassistencial aborda os eixos de riscos e vulnerabilidades e sobre os padrões dos serviços na rede territorial, ou seja, território onde a política é

executada junto aos usuários, podendo contribuir no processo decisório da participação social nos conselhos municipais e direcionar as decisões na gestão na política.

Como o exercício da política pública ocorre na gestão do território é de extrema importância a sua dinâmica, para efetivação da política e sua compreensão tanto para controle social quanto para vigilância socioassistencial.

Dessa forma, considerando que Vigilância Socioassistencial “vigia” as vulnerabilidades e riscos sociais das famílias e território, evidencia-se segundo Koga (2003) o território enquanto síntese de um conjunto de relações é um fator dinâmico na inclusão e exclusão social. Isto é a incorporação de território ocorre por meio das relações e dinâmicas no interior do território, junto às pessoas e aos serviços públicos.

1.2.2. Justificativa do problema

A escolha da temática a ser estudada decorre da experiência profissional da autora como Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI) em Teresina da qual atua na coordenação técnica da Vigilância Socioassistencial desde outubro de 2013.

Considerando, os problemas identificados. Entende-se que a relação próxima do CMAS com a vigilância socioassistencial possa contribuir para efetividade da política, podendo responder, por exemplo, às seguintes indagações que giram em torno da compreensão e percepção dos conselheiros sobre os aspectos conceituais e operacionais da vigilância socioassistencial, existe a rotina ou o fluxo de utilização das informações territorializadas fazerem parte dos processos decisórios e do planejamento das ações da Política de Assistência Social no município. Entre outras questões, como se expressa os processos, desafios e potencialidade do exercício do controle social na política pública?

A proposta do projeto de intervenção apresenta-se pertinente, ao considerar questões de significativa relevância, visto que o SUAS na sua trajetória de consolidação como Política Pública de direito, constitucionalmente garantido,

estabelece os conselhos como instrumentos propostos pelo sistema descentralizado e participativo da Assistência Social.

A relevância da pesquisa se dá também pela contribuição com a discussão teórica sobre que o Sistema de Vigilância Social constitui-se em um estratégia informatizado de estudos territorializados das diversas situações de vulnerabilidade e risco detectadas no território, apontando os vários aspectos da situação encontrada como as diversas possibilidades de intervenção, o que implica no monitoramento, responsável por detectar as diversas situações de vulnerabilidade e risco e sua relação com a participação social. Na relação entre Estado e Sociedade, na perspectiva de democratização do Estado brasileiro a categoria participação representa um significativo instrumento nas relações vigentes, na promoção de uma gestão pública qualificada, com vistas a garantir o controle da sociedade sobre o Estado, tendo os conselhos como espaços legalmente instituídos e que devem criar as possibilidades na sua estrutura organizacional a essa participação historicamente conquistada por diversos atores sociais no Brasil.

No cenário atual a Assistência Social está implantada na maioria dos municípios brasileiros, entretanto, o que destacamos como mérito proposto por esta pesquisa é seu caráter participativo. Tendo em vista o município de Teresina, possui 814.230 habitantes, que apresenta segundo o IBGE uma população urbana acima de 90% do total de habitantes, a operacionalização da política de Assistência Social e estrutura organizacional são desenvolvidas pela SEMCASPI. O município possui atualmente 19 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e 04 Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), 01 Centro Pop, 01 Centro Dia, 01 Centro de Microcefalia, 54 Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Além do Serviço de acolhimento institucional temos execução direta e por convenia, localizados nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social, possuindo uma rede Socioassistencial que abrange as zonas administrativas norte, sul, leste e sudeste.

Conforme o Regimento Interno da SEMCASPI está é um órgão da administração direta, subordinado diretamente ao chefe do poder executivo municipal criado pela Lei Complementar nº 4.994 de 07 de abril de 2017, as

atribuições da Vigilância Socioassistencial do município compete entre outras: identificar nos territórios a incidência de riscos e vulnerabilidades no âmbito do município para subsidiar o planejamento e desenvolvimento de ações de prevenção e monitoramento de riscos, em articulação com as Gerências de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Renda Mínima, etc.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Teresina cumpri as diretrizes definidas pela PNAS e na Resolução 24/06 do CNAS, é paritário na representatividade de usuários e de trabalhadores do SUAS, observando a questão da paridade (50% governo e 50% da sociedade civil). Com a resolução nº 48 de 04 de setembro de 2013, a gestão é composta por 14 membros, contando com representantes da sociedade civil, secretarias e associações e seus suplentes.

Com relação às metas para o Controle Social, o município possui o Conselho Municipal como instância de controle social do Programa Bolsa Família, sendo um programa de transferência de renda com condicionalidades do Sistema Único de Assistência Social. As secretarias que compõem o conselho são: SEMCASPI, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMDEC), Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPPLAN), Secretaria Municipal da Juventude (SEMJUV), Fundação Municipal de Saúde (FMS), Secretaria Municipal de Finanças (SEMF). As instituições que fazem parte do conselho são: Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Ação Arquidiocesana (ASA), Fazenda da Paz, Fundação Viver com Dignidade, Centro da Juventude Santa Cabrini e Associação Norte Brasileira de Educação e Assistência Social (ANBEAS). O CMAS está localizado na Rua Coelho Rodrigues, nº 954, edifício do Cenajus.

Nos inquieta investigar e analisar sobre como a gestão de Assistência Social em Teresina tem proporcionado iniciativas quanto ao conhecimento e entendimento do CMAS, visando o seu protagonismo no Controle Social. Apontando os principais limites e desafios para sua plena efetivação, analisando alguns dados, considerando os avanços e desafios e apontando perspectivas que compõe a sua implementação.

1.3. Metodologia de coleta de dados

A pesquisa com o tema "A Gestão na Política de Assistência Social: uma proposta de articulação entre conselho municipal e vigilância em Teresina – Piauí" inclui-se no âmbito da relação entre Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais e objetiva analisar a relação do Conselho Municipal de Assistência Social com a Vigilância Socioassistencial na gestão da política e assistência social no município de Teresina – Piauí.

A presente investigação fundamenta numa metodologia qualitativa, tendo como base estudo bibliográfico e documental, além de levantamento de dados empíricos, compreendendo-se, assim como Minayo (2006), que a pesquisa social envolve um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam trabalhar os componentes de um sistema complexo de significados que tem por base a realidade socialmente construída.

Nesse sentido, para êxito no alcance dos objetivos a pesquisa se utilizará de dados quantitativos e qualitativos, visto que o uso, concomitante, dessas duas abordagens se complementarão no exame do objeto de estudo, que tem como base a realidade social.

Assim sendo, a operacionalização do processo investigativo, será realizado em duas etapas: a) **pesquisa bibliográfica e documental**, quando será realizada o levantamento bibliográfico, bem como, da legislação, planos, orçamentos, relatórios, portarias, resoluções, dentre outros que permita uma aproximação e apropriação da temática em estudo; b) **pesquisa de campo**, busca-se neste momento levantamento de dados empíricos junto aos atores envolvidos na questão, isto é profissionais da SEMCASPI e conselheiros do CMAS/Teresina.

Quanto a primeira etapa referente a pesquisa de campo faremos uma entrevista com um questionário semi-estruturado³ com os conselheiros municipais. Para a coleta das informações, o *locus* de levantamento dos dados empíricos será CMAS/Teresina, num universo de 10 (dez), sendo 05 representantes

³ O roteiro de entrevista encontra-se no anexo.

governamentais e 05 representantes da sociedade civil do município e privilegiando todas as regiões, sendo que serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com membros dos referidos conselhos (usuários, representante de trabalhadores e representantes do poder público) e com questões que versam sobre o funcionamento, estrutura do sistema de vigilância socioassistencial.

Sobre o levantamento bibliográfico iniciamos o estudo sobre os principais conceitos e discussões que tratam do tema em questão como participação social, vigilância socioassistencial, sobre PNAS, SUAS, etc.

O tratamento e análise dos dados serão realizados a partir da análise de conteúdos, conforme preceitua Minayo (2006), visando analisar a gestão da política de assistência social nos municípios. Para este Projeto de Intervenção, serão utilizados documentos contendo informações oficiais Conselho Municipal, Assistência Social e da Vigilância Socioassistencial de Teresina.

1.4. Localização do Plano de Intervenção

No Conselho Municipal de Assistência Social e coordenação de Vigilância Socioassistencial, ambos do município de Teresina e vinculados a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas.

1.5. Público-Alvo

Conselheiros de Assistência Social do município de Teresina, 14 membros das quais 07 são representantes do governo, e 07 são representantes da sociedade civil (02 representantes de usuários, 03 representantes de entidades e organizações de assistência social, 02 representantes de trabalhadores do SUAS).

1.6. Valor previsto

O valor estimado para o projeto é o total de R\$ 80.880,00 (oitenta mil, oitocentos e oitenta reais).

Tabela 01: Valor Previsto para Execução do Projeto

NOME	INÍCIO	FIM	CUSTOS
EIXO: 01 MAPEAMENTO/ DIAGNÓSTICO	01/10/2018	25/10/2018	R\$ 12.800,00
1ª ETAPA Realizar visita técnica no intervenção; Recursos Humanos: 02 Assistentes Sociais; 03 Conselheiros; 01 Técnico de nível médio, 02 Estagiários. Recursos Infraestrutura: 01 GPS de navegação; 01 impressora; 01 notebook; 01 Datashow. Kit 01 aquisição: 02 Resmas de papel; 01 caixa de caneta; 05 prancheta.	01/10/2018	25/10/2018	R\$ 1.750,00
2ª ETAPA Identificar e caracterizar os atores envolvidos; Recursos Humanos: 02 Assistentes Sociais; 03 Conselheiros; 01 Técnico de nível medi, 02 Estagiários. Kit 02 aquisição: 02 Resmas de papel; 01 caixa de caneta.	01/10/2018	12/10/2018	R\$ 3.800,00
3ª ETAPA Pesquisar a bibliográfica e documental; Recursos Humanos: 02 Assistentes Sociais; 03 Conselheiros; 01 Técnico de nível medi, 02 Estagiários. Kit 03 aquisição: 02 Resmas de papel; 01 caixa de caneta.	15/10/2018	18/10/2018	R\$ 2.100,00
4ª ETAPA Identificar e caracterizar os atores envolvidos; Recursos Humanos: 02 Assistentes Sociais; 03 Conselheiros; 01 Técnico de nível medi, 02 Estagiários. Kit 04 aquisição: 01 Resmas de papel; 01 caixa de caneta.	18/10/2018	25/10/2018	R\$ 5.150,00
EIXO: 02 OPERACIONALIZAÇÃO	25/10/2018	28/12/2018	R\$ 14.140,00
1ª ETAPA Formar equipe técnica para acompanhar o projeto (capacitar equipe); Recursos Humanos: 02 Assistentes Sociais; 01 Técnico de nível médio, 05 conselheiro, sendo 02 da organização social, 03 representantes da sociedade civil, 02 Estagiários. Kit 05 aquisição: 15 Classificador; 01 caixa de caneta; 15 blocos de notas; 20 cartilhas.	25/10/2018	31/10/2018	R\$ 3.500,00
2ª ETAPA Identificar as secretarias e entidades parceiras de preferência as que os conselheiros representam junto ao conselho; Recursos Humanos: 02 Assistentes Sociais; 01 Técnico de nível médio, 05 conselheiro (02 da organização social, 03 representantes da sociedade civil). Kit 06 aquisição: 20 Elaboração de cartilha Informativa sobre o projeto; 110 15 classificador.	31/10/2018	07/11/2018	R\$ 1.800,00
3ª ETAPA Analisar os instrumentos jurídicos e marcos normativos referente ao conselho e vigilância socioassistencial no município; Recursos Humanos: 02 Assistentes Sociais; 01 Técnico de nível médio, 02 Estagiários. Kit 07 aquisição: 01 de caneta; 06 blocos de notas.	07/11/2018	16/11/2018	R\$ 4.490,00
4ª ETAPA Realizar pesquisa de campo (levantamento de dados empíricos junto aos atores envolvidos na questão); Recursos Humanos: 02 Assistentes Sociais; 01 Técnico de nível médio, 02 Estagiários. Kit 08 aquisição: 15 Classificador; 01 caixa de caneta; 15 blocos de notas; 20 cartilhas.	16/11/2018	28/12/2018	R\$ 4.350,00
EIXO: 03 SISTEMATIZAÇÃO/PUBLICIZAÇÃO	28/12/2018	16/01/2019	R\$ 13.500,00

<p>1ª ETAPA Tratar e analisar dos dados serão realizados a partir da análise de conteúdos; Recursos Humanos: 02 Assistente Social; 03 Conselheiro; 01 Técnico de nível médio; 01 técnico em Georeferenciamento. Recursos Infraestrutura: 30 pessoas - Coquetel de encerramento e apresentação do projeto; 15,00 – 450</p>	28/12/2018	11/01/2019	R\$ 6.200,00
<p>2ª ETAPA Apresentar o suporte de georeferenciamento que apresenta o mapeamento da política de assistência social no município. Kit 09 aquisição: 30m cartilhas apresentando o resultado da intervenção. 6,35 - 190,50. Confeccionar 24 mapas, 19 das unidades de CRAS, 4 das unidades de CREAS</p>	11/01/2019	16/01/2019	R\$7.300,00
TOTAL			R\$ 80.880,00

Fonte: elaboração própria.

1.7. Duração

A previsão do projeto de intervenção tem a duração de aproximadamente oito meses, desde a definição do escopo do projeto até a sua entrada em produção. O cronograma do projeto está detalhado no cronograma do projeto. Os riscos que poderão impactar na duração do projeto foram previamente identificados para a execução deste projeto.

1.8. Instituição/unidade funcional gestora e idealizadora

A Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas é o órgão da administração direta, subordinado diretamente ao chefe do poder executivo municipal criada pela Lei Complementar nº 4.994 de 07 de abril de 2017. Na SEMCASPI são ofertados o serviço de Proteção Social Básica efetivados por meio dos 19 (dezenove) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), com a oferta de serviços em áreas de vulnerabilidade social na perspectiva da prevenção de riscos sociais, organizando e coordenando a rede socioassistencial, com o desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e de Proteção Social Básica no domicílio

para pessoas com deficiência e/ou idosa, bem como o conjunto de ações que atuam junto aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Outras Unidades e Serviços Socioassistenciais. A gestão do Benefício de Prestação Continuada – BPC, serviços de cidadania (passe livre para pessoas com deficiência, passe livre pessoas idosas, carteira de trabalho, registro de nascimento, carteira interestadual da pessoa idosa, certidão de casamento) e os benefícios eventuais (nº de famílias/ residências solidárias, cestas básicas concedidas, passagem, urnas funerárias). Além da qualificação profissional para inclusão no mercado de trabalho: Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

Oferta a Gestão do Cadastro Único do Governo Federal (CADÚNICO) e do Programa Bolsa Família (PBF), a Segurança Alimentar e Nutricional (em conformidade com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006).

Na Proteção Social Especial de Média Complexidade é executada por meio dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS e demais unidades socioassistenciais, ofertando Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS); o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em Meio Aberto - Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); e, o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (PCDIF); o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (ofertado no Centro Pop) e o Serviço Especializado para Atendimento a Pessoas com Deficiência, com oferta no Centro Dia de Referência, além do apoio a entidades de atendimento a pessoas com deficiência, dentre outras unidades, que atuam nesse nível de complexidade. Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade oferta Serviço de Acolhimento Institucional em diferentes tipos de equipamentos, destinados a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, inclusive acolhimento temporário a pessoas em situação de rua (Serviço de Acolhimento Institucional a Crianças; Serviço de Acolhimento Institucional a Adolescentes;

Serviço de Família Acolhedora; Serviço de Acolhimento Institucional a Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional a Pessoas Idosas (atendimento média por mês) e Atendimento a Usuários de Substâncias Psicoativas).

Na Gestão Institucional do Sistema Único de Assistência Social – SUAS temos o Planejamento, Regulação e Gestão do Trabalho de Assistência Social, o Monitoramento e Avaliação da Assistência Social, Vigilância Socioassistencial / Informações e Dados e Mobilização do PETI. Nas Políticas Integradas temos: Ações de Direitos Humanos, Serviço Disk Cidadania (acesso a serviço gratuito de telefonia para denúncia das situações de violação de direitos contra os diversos segmentos sociais (crianças/adolescentes, idosos, mulheres). Comitês e Conselhos e Conselhos Tutelares e ações da Guarda Municipal.

2. OBJETIVOS

GERAL: Apresenta alternativas de metodologia de trabalho entre o Conselho Municipal de Assistência Social e Vigilância Socioassistencial no Planejamento Territorial e no fluxo de aprimoramento Gestão da Política de Assistência Social no município de Teresina.

ESPECÍFICOS:

- Conhecer a percepção dos conselheiros do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) sobre os aspectos conceituais e operacionais da vigilância socioassistencial.

- Reconhecer de que forma são utilizadas as informações territorializadas pela Vigilância Socioassistencial e como influenciam nos processos decisórios da Política de Assistência Social.
- Estruturar o fluxo de informações da vigilância com o conselho no que trata da gestão da política de Assistência Social no território.

3. MARCO TÉCNICO E TEÓRICO

Com a CF de 1988 a Assistência Social foi garantida como Política Pública de direito do cidadão e dever do Estado, através dos artigos 203 e 204 e firmada através da LOAS Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Passando a integrar juntamente com a Saúde e a Previdência, a Política de Seguridade Social, a Política de Assistência Social insere suas ações na lógica do direito assumindo o caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas sociais, voltadas para a garantia de direitos e de condições dignas de vida.

A CF de 1988 consagrou a assistência social como política pública integrante da seguridade social, composto pela saúde, previdência e assistência social. Para assegurar a proteção social prevista na CF de 1988, a PNAS, instituída em 2004, definiu o SUAS, um importante avanço na consolidação e gestão do conjunto que compõe a proteção social brasileira como um modelo de gestão, com uma nova lógica de organização das ações: por níveis de complexidade, por território; e conforme a forma de operacionalização da LOAS, que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a regulação, em todo o território nacional (MDS, 2004).

O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da Proteção Social, sendo requisito essencial para efetivação da Assistência Social como política pública (BRASIL, 2005).

Sendo, então um sistema de caráter participativo, o Controle Social na política de Assistência Social evidencia-se como algo inquestionável conforme as normativas da referida Política Pública. Para Raichelis (2000) no caso da Assistência

Social, há uma particularidade a mais no que tange ao Controle Social através dos Conselhos: é que devem estar no centro deles, aqueles que, historicamente, são considerados pedintes, cidadãos exauridos de seus direitos sociais e beneficiários das obras de caridade, da filantropia e benemerência. Como traços da história de consolidação desta Política Pública de direito reconhece-se, então um ator social que carrega os traços cruéis da exclusão e que toma voz no cenário político de decisão na relação com o Estado.

O que se quer marcar é a presença de um sujeito que se contrapõe que tem força e presença para pressionar e ter protagonismo, isto é, ser sujeito, e não sujeitoado. Não se trata de simplesmente mais um, mas da presença de um pólo de representação que tem capacidade, pela sua posição histórica e social, de se contrapor àqueles que detêm o poder institucional. E, mais do que um adjetivo, como representante 'popular' ou uma 'nova' representação, ter uma inserção substantiva na construção coletiva (SPOSATI, 1992, p. 372).

A configuração histórica da relação estado e sociedade civil como objeto de transformações políticas se dá num processo de democratização do país, em curso desde o final da década de 1980, que conforme Dagnino (2002) se expressam num duplo movimento: a revitalização da sociedade e a democratização da sociedade. Já Simões (2013) discorre acerca da superação de um Estado social, onde prevalecia a separação entre o político e o social, a sociedade economicamente despolitizada, dissociada do Estado burocratizado. No contraponto emerge o Estado democrático de direito enraizado na sociedade assegurando os direitos civis e políticos, ao tempo que na correlação de forças contraditórias promove a interlocução do Estado com a sociedade a partir de mecanismos de participação social, como conferências e conselhos.

O autor Carvalho (1998) aborda que a constituição de um espaço público no Brasil é resultado de diversos estágios ou fases no contexto histórico, partindo do entendimento que a participação popular quando se tem grupos sociais excluídos que se manifestam. Fases essas, que se manifestam em grupos indígenas e negros a lutas abolicionistas, movimento operário, de inspiração anarquista e socialista, juntamente com o movimento camponês e os movimentos urbanos, atrelado as mudanças econômicas e políticas dos anos 70 fazem emergir novos movimentos sociais.

Os movimentos sociais assistiram e retratam em suas análises com certa perplexidade, é um projeto de participação – que no plano dos valores volta-se à democratização da gestão – mas que, na prática, convive com o seu contrário: a balcanização dos interesses públicos, pelo predomínio da lógica partidária voltada, predominantemente, à disputa eleitoral (TATAGIBA, 2006).

Os instrumentos de gestão caracterizam-se como ferramentas de planejamento técnico e financeiro do SUAS, nas três esferas de governo. Têm como parâmetro o diagnóstico social e os eixos de proteção social, básica e especial. São instrumentos de gestão: o plano de assistência social; o orçamento; o monitoramento, a avaliação e gestão da informação; e o relatório anual de gestão.

O Controle Social⁴ abrange a elaboração e execução orçamentária dos recursos arrecadados, a fiscalização e a prestação de contas de sua utilização, sob a ótica não apenas da legalidade ou regularidade formal dos atos, mas, também, da legitimidade, economicidade, oportunidade e adequação ao propósito de assegurar o alcance do bem comum e do interesse público (Tribunal de Contas da União, 2007).

Dentre os instrumentos de gestão que se submetem à aprovação do conselho temos: o Plano de Assistência Social, previsto no artigo 30 da LOAS e na NOB/SUAS. Os repasses dos recursos financeiros do FNAS aos municípios, como condições para as transferências a comprovação orçamentária dos recursos próprios do município destinados à assistência social. O plano de ação dos municípios sobre a política de assistência social, são elaboradas anualmente, possui às instâncias de gestão, financiamento, controle social e planejamento físico e financeiro. A prestação de contas do cofinanciamento federal feita mediante demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS, submetido à

⁴ Essa nova configuração do controle entende, as conferências e os conselhos como espaços privilegiados onde se efetiva a participação. As Conferências, instâncias máximas de deliberação, têm como propósito avaliar a situação da política pública e propor diretrizes para a formulação da mesma nos níveis correspondentes, contando com a participação de vários segmentos. Já os Conselhos, de caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por órgãos do governo, prestadores de serviço, profissionais das políticas públicas e usuários, deve atuar na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas, nos diversos aspectos, inclusive os econômicos e financeiros, na instância correspondente.

avaliação do conselho municipal de assistência social (Tribunal de Contas da União, 2007).

Outro instrumento legal de controle da gestão pública é a Lei 12.527, de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (CF, art. 5º, XXXIII) que estabelece o acesso às informações públicas, ou seja, aquelas não classificadas como sigilosas, conforme procedimento que observará as regras, os prazos, instrumentos de controle e recursos previstos. Apontamos, ainda, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal.

Vale ressaltar ainda que, mesmo na participação ativa, há diferenças na qualidade da sua participação, pois, conforme Bordenave (2004, p. 23), a “prova de fogo” desta é como tomamos parte dela, e não o quanto o fazemos. A participação constitui, portanto, “um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder”.

A qualidade da participação vai refletir diretamente no controle social, isso quando se tratar do controle social democrático, no que se refere ao acompanhamento das políticas sociais públicas, sem o primeiro, a existência do segundo é improvável.

Segundo Boschetti (2001), o exercício do controle social depende do restabelecimento de relações descentralizadas entre as esferas governamentais, onde o exercício do poder local seja uma realidade e se efetive por meio dos diversos canais e mecanismos criados pela CF com tal fim.

A autora acrescenta que o controle democrático não assegura automaticamente a participação dos cidadãos no processo de construção coletiva da sociedade. “A participação dos cidadãos nas decisões construídas e materializadas no e pelo Estado talvez seja a maior expressão do controle social na perspectiva da mudança e não da conservação” (BOSCHETTI Apud LOBO e SPOSATI, p.37).

Diante disso, é notório a compreensão que implementação do SUAS significou uma nova forma de organização e operacionalização da política de assistência social no Brasil, no maior incentivo na efetivação da participação cidadã na gestão pública. Com a PNAS de 2004, temos novas regras do pacto federativo

direcionamento formação e organização política do Sistema Único de Assistência Social no território nacional, como as funções da Assistência Social: a proteção social em básica e especial; a vigilância social; e a defesa dos direitos socioassistenciais.

Entretanto, a relação sistemática da vigilância socioassistencial com a apresentação de dados sistemáticos de execução da política de Assistência Social no município ao CMAS é de extrema importância para efetivação da gestão pública. Na medida em que a vigilância socioassistencial implica em constantes estudos territorializados sobre as diversas situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social vividas pelas famílias/indivíduos (crianças, adolescentes, idosos, jovens, adultos) detectando as demandas de proteção social básica e especial de assistência social.

Para Souza e Tavares (2015), a vigilância socioassistencial envolve a produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, exigindo constante atualização das tais informações, bem como dos instrumentos de trabalho e do processo de diagnóstico, enquanto elementos significativos que possam subsidiar a tomada de decisões acerca das prioridades da política e seu planejamento.

Nesse contexto a Vigilância Social dentro da Gestão do SUAS foi construída como função de prevenção dessas situações e considerada como garantia de cobertura e qualidade dos serviços oferecidos aos usuários, pois realiza os estudos sistemáticos territorializados que se pode formular respostas que promovam impactos que venham reverter tais situações apresentadas. Os territórios podem ser considerados como tal, quando pensados junto com a população, a partir do seu uso, como trata Milton Santos ao dizer:

“O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (SANTOS, 2000, p. 22).

O Sistema de Vigilância Social constitui-se em um sistema informatizado de estudos territorializados das diversas situações de vulnerabilidade e risco detectadas no território, apontando os vários aspectos da situação encontrada como as diversas

possibilidades de intervenção, o que implica no monitoramento, ou seja, nos territórios para qual são desenvolvidas e concretizadas as políticas públicas. Dessa forma, é importante a correlação do controle social e as ações de vigilância socioassistencial, e dessas com o território social.

O território são espaços de vivência social, isto é, espaço produzido que ganham novos sentidos, conferidos pelos modos de apropriação do ser humano na produção da sua vida (CARLOS, 2007). Partindo desse pressuposto, consideramos o território como espaço que se constrói a identidade social, representando antes de tudo o valor de uso, tendo o Estado regulador de normas para o bom uso do espaço.

O território como espaço social são ao mesmo tempo espaço de vivência e reprodução social, onde as relações sociais realizam-se concretamente através de uma articulação espaço-tempo, o que ilumina o plano do vivido, ou seja, a vida cotidiana e o lugar. Dessa forma, a reprodução de relações sociais materializa-se em um espaço apropriado para este fim, e a vida, no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade e é nesta medida que o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar (CARLOS, 2007).

O território é um espaço de reprodução espacial construído por diversos sujeitos sociais e referem-se a grupos sociais diferenciados, com interesses e objetivos conflitantes. No entanto, o espaço se revela enquanto instrumento político intencionalmente organizado, sendo manipulado pelo Estado, que condiciona a democracia e o equilíbrio social. Assim, “O processo de reprodução do espaço é, ao mesmo tempo, contínuo e descontínuo, apresentando profundas rupturas provocadas pela intervenção do Estado em função das contradições decorrentes do próprio processo” (CARLOS, 2007, p73).

É importante considerar que esse sistema de vigilância socioassistencial não se trata de um programa e sim de uma nova ordenação da gestão da assistência social como política pública, e, “a grande novidade [...] é de instaurar a todo o território brasileiro um mesmo regime geral de gestão e alcance da política brasileira de assistência social com a perspectiva de responder à universalidade de um direito de cidadania” (SPOSATI, 2006, p. 111).

A vigilância socioassistencial consiste no desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão assumidos pelo órgão público gestor da Assistência Social para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável. (NOB-SUAS, 2005, P.21)

A vigilância social implica em constantes estudos territorializados sobre as diversas situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social vividas pelas famílias / indivíduos (crianças, adolescentes, idosos, jovens, adultos) detectando as demandas de proteção social básica e especial de assistência social.

No exercício de Vigilância Socioassistencial, cabe ao órgão gestor da Política de Assistência Social a incorporação da base de dados do CadÚnico a de outras tecnologias da informação existentes no âmbito do município como “ferramenta para construção de mapas de vulnerabilidade social dos territórios, para traçar o perfil de populações vulneráveis e para estimar a demanda potencial dos serviços de Proteção Social Básica”. (BRASIL, 2010, p.78). A construção de mapas de vulnerabilidade social e o conhecimento sobre as populações vulneráveis propõem à Política de Assistência Social “tratar a cidade e seu território como chão da política pública, permitindo perceber o território como mais um instrumento do social”. (KOGA, 2003, p. 56).

Com relação à concepção de território relacional e administrativo, Farias (2012) evidencia que no processo de vigilância socioassistencial, quando há incorporação do território relacional, esta função situa-se visando garantir o acesso de serviços junto à população que necessitar, de modo que desenvolve o planejamento dos serviços condizente com as necessidades das famílias e consequentemente atua na defesa de direitos. Já em relação ao território administrativo constatasse segundo este autor, que junto à vigilância o território administrativo sintetiza-a a mera coleta de dados estáticos para atividades burocráticas, tal como: preencher sistemas de informação e coletam as informações mais não utiliza como subsídio ao planejamento dos serviços e defesa de direitos.

A Vigilância Socioassistencial possibilita a análise referente às informações relativas às demandas, às incidências de violações e às necessidades de proteção da população, no que concerne à assistência social, e, de outro lado, as características e distribuição da rede socioassistencial instalada para a oferta de

serviços. Com base nas referências da PNAS e da NOB SUAS 2005, a partir de dois eixos: a vigilância de riscos e vulnerabilidades; a vigilância sobre os padrões dos serviços. Legalmente instituídos e normatizados no âmbito de uma política pública, a vigilância socioassistencial, como uma função de gestão, possibilita a produção de informação e de indicadores sociais que permitem analisar os serviços desenvolvidos desde que se desenvolva a capacidade e meios de gestão assumidos pelo órgão público gestor da Assistência Social? Como se desenvolve as possibilidades para conhecer as formas de vulnerabilidade social da população e do território? Como a função da vigilância social se apresenta frente às possibilidades de uma gestão voltada à informação e a produção de conhecimento na área social?"

4. ESCOPO

4.1. Estrutura Analítica

No escopo são planejadas e documentadas as entregas, tarefas, prazos e custos. Segundo o PMBOK® 5ª ed.⁵, 2016, a Estrutura Analítica do Projeto é uma decomposição hierárquica orientada à entrega do trabalho a ser executado pela equipe para atingir os objetivos do projeto e criar as entregas requisitadas.

⁵ O PMBOK® é uma abreviação do inglês "Project Management Body Of Knowledge" que no português significa "O Corpo de Conhecimento em Gerenciamento de Projetos", é um guia que reúne um conjunto de conhecimentos e boas práticas sobre gestão de projetos. O gerente de projetos determina as áreas de conhecimentos, o monitoramento e controle de cada etapa do ciclo de vida do projeto, além das funções e ferramentas necessárias para alcance dos objetivos.



Fonte: elaboração própria.

4.2. Não escopo

Não faz parte do escopo deste projeto:

- Estruturação Alterações no do Regimento Interno da SEMCASPI que integre de forma regulada as atribuições do CMAS e Vigilância Socioassistencial;
- Alterações na Lei Municipal do CMAS;
- Análise de processos já finalizados e em andamento pelo CMAS, que não tomaram como referências os dados produzidos pela Vigilância Socioassistencial;
- Implantação de processos metodológicos e rotineiros junto ao CMAS que visem o conhecimento da gestão territorial, ficando restrita ao projeto a proposta de metodologia de trabalho.

4.3. Levantamento de Restrições, Premissas e Riscos

Tabela 02: Restrições, Premissas e Riscos do Projeto			
	Restrições	Premissas	Riscos
Eixo: 01 Mapeamento/ Diagnóstico	Altos custos no mercado para o contrato de empresas que realizam diagnóstico; Prazos restritos para conclusão do mapeamento.	Morosidade e atraso das empresas responsável pelo mapeamento; Atraso na entrega das documentações e recursos necessários para o processo; Levantamento Incompleto da realidade solicitadas; Morosidade na conclusão da ação; Qualidade dos produtos e serviços.	Interrupção ou paralisação do projeto; Falta de Orçamento; Resistência dos conselheiros para a utilização da metodologia de trabalho; Resistência dos gestores das unidades; Dificuldade na operacionalização de alguns processos administrativos; A viabilidade das parceiras concretas.
Eixo: 02 Operacionalização	Elevação dos custos relacionados a aquisição de materiais; Elevação dos custos relacionados aos recursos humanos.	Atraso na entrega das documentações e recursos necessários para o processo; Levantamento Incompleto da realidade solicitadas; Morosidade na conclusão da ação.	Falta de Orçamento; Resistência dos conselheiros para a utilização da metodologia de trabalho; Capacitação da equipe do projeto seja insuficiente ou inadequada; A viabilidade das parceiras concretas.
Eixo: 03 Sistematização/ Publicização	Altos custos no mercado para o contrato de empresas que realizam a confecção dos mapas; Prazos restritos para conclusão da sistematização do projeto; Elevação dos custos relacionados aos recursos humanos.	Morosidade e atraso das empresas responsável pelo sistematização e conclusão do produto; Atraso na entrega das documentações e recursos necessários para o processo; Levantamento Incompleto da realidade solicitadas; Morosidade na conclusão da ação; Qualidade dos produtos e serviços.	Falta de Orçamento; Dificuldade na operacionalização de alguns processos administrativos;

Fonte: elaboração própria.

4.4. Estrutura de gestão e principais atores envolvidos

A equipe participante Projeto de intervenção são:

- Secretário Executivo do Conselho Municipal e Assistência Social – Patrocinador do Projeto;

- Representante da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas;
- Conselheiros do Conselho Municipal e Assistência Social;
- Representante da Vigilância Socioassistencial;
- Estagiário da Gerência de Gestão do SUAS;
- Técnico de Georeferenciamento.

4.5. Quadro de Trabalho/equipe

Tabela 03: Quadro da Equipe Técnica do Trabalho		
Atividade	Estimativa de duração	Responsável
Realizar visita técnica na intervenção	Realizar diagnóstico sobre as ações da Vigilância Socioassistencial e das ações do Conselho Municipal de Assistência Social no município de Teresina. Produto: Diagnóstico realizado. Resultado: Diagnostico da realidade local. Parcerias firmadas; estratégias e etapas do projeto apresentadas. Indicador Físico: 01 Diagnóstico.	Grupo Técnico (Representante da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas; Conselheiros do Conselho Municipal e Assistência Social; Representante da Vigilância Socioassistencial; Técnico de Nível Médio; Estagiário.
Identificar e caracterizar os atores envolvidos	Realizar diagnóstico sobre a realidade da área de Teresina referente das representações sociais dos conselheiros e a vigilância socioassistencial. Produto: Diagnóstico realizado. Resultado: Diagnostico da realidade local. Indicador Físico: 01 Diagnóstico.	Grupo Técnico (Representante da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas; Conselheiros do Conselho Municipal e Assistência Social; Representante da Vigilância Socioassistencial; Técnico de Nível Médio; Estagiário.
Pesquisar a bibliográfica e documental;	Realizar levantamento dos materiais da área de intervenção. Resultado: levantamento bibliográfico e documental realizado. Indicador Físico: levantamento realizado e sistematizado.	Técnico de Nível Médio, Estagiário.
Formar equipe técnica para acompanhar o projeto;	Produto: Capacitação de 03 profissionais que compõem a rede de serviços com carga horária de 12h, visando a qualificação de profissionais para o acompanhamento do projeto; Resultado: Pessoas capacitadas. Indicador Físico: Profissionais capacitadas.	Grupo Técnico (Representante da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas; Representante da Vigilância Socioassistencial; Técnico de Nível Médio; Estagiário).

<p>Identificar as secretarias e entidades parceiras de preferência as que os conselheiros representam junto ao conselho;</p>	<p>Identificar as secretarias e entidades parceiras de preferência as que os conselheiros representam junto ao conselho. Produto: Identifica parceiras. Resultado: Parcerias firmadas; estratégias e etapas do projeto apresentadas. Indicador Físico: Parcerias firmadas.</p>	<p>Grupo Técnico (Representante da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas; Conselheiros do Conselho Municipal e Assistência Social; Representante da Vigilância Socioassistencial).</p>
<p>Analisar os instrumentos jurídicos e marcos normativos referente ao conselho e vigilância socioassistencial no município;</p>	<p>Analisar os instrumentos jurídicos e marcos normativos referente ao conselho e vigilância socioassistencial no município. Produto: Análise realizado. Resultado: Análise realizada. Indicador Físico: Banco de dados.</p>	<p>Grupo Técnico (Representante da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas; Conselheiros do Conselho Municipal e Assistência Social; Representante da Vigilância Socioassistencial; Técnico de Nível Médio; Estagiário).</p>
<p>Realizar pesquisa de campo (levantamento de dados empíricos junto aos atores envolvidos na questão);</p>	<p>Realizar pesquisa de campo (levantamento de dados empíricos junto aos atores envolvidos na questão); Produto: Realizar pesquisa. Resultado: pesquisa realizada.</p>	<p>Grupo Técnico (Representante da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas; Conselheiros do Conselho Municipal e Assistência Social; Representante da Vigilância Socioassistencial; Técnico de Nível Médio; Estagiário).</p>
<p>Tratar e analisar os dados serão realizados a partir da análise de conteúdos;</p>	<p>Tratar e analisar dos dados serão realizados a partir da análise de conteúdos. Produto: Dados analisados. Resultado: dados sistematizados. Indicador Físico: análise dos dados coletados na pesquisa.</p>	<p>Representante da Vigilância Socioassistencial; Técnico de Nível Médio; Técnico de Georeferenciamento.</p>
<p>Apresentar o suporte de georeferenciamento que apresenta o mapeamento da política de assistência social no município.</p>	<p>Apresentar o suporte de georeferenciamento que apresenta o mapeamento da política de assistência social no município. Produto: Rede referenciada mapeada. Resultado: publicização da rede de atendimento social planejada e mapeada.</p>	<p>Grupo Técnico (Representante da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas; Conselheiros do Conselho Municipal e Assistência Social; Representante da Vigilância Socioassistencial).</p>

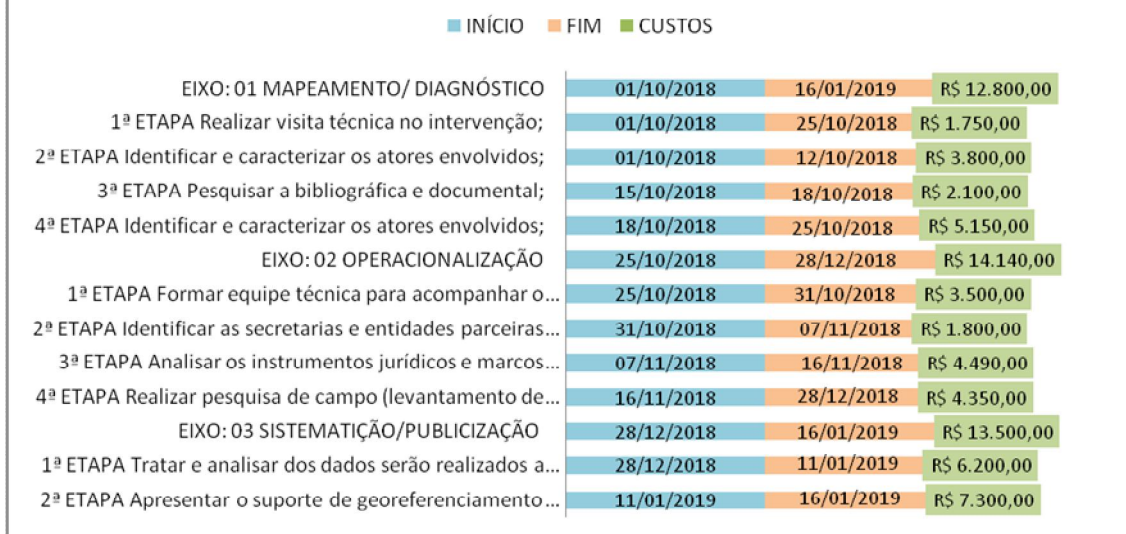
Fonte: elaboração própria.

5. CRONOGRAMA

Tabela 03: Cronograma do Projeto

Meta	Etapa/ Fase	Especificação	Duração	
			Início	Término
EIXO: 01 MAPEAMENTO/ DIAGNÓSTICO	1ª ETAPA	Realizar visita técnica na intervenção	02/07/2018	20/07/2018
	2ª ETAPA	Identificar e caracterizar os atores envolvidos	23/07/2018	17/08/2018
	3ª ETAPA	Pesquisar a bibliográfica e documental	28/08/2018	06/09/2018
EIXO: 02 OPERACIONALIZAÇÃO	1ª ETAPA	Formar equipe técnica para acompanhar o projeto (capacitar equipe)	10/09/2018	05/10/2018
	2ª ETAPA	Identificar as secretarias e entidades parceiras de preferência as que os conselheiros representam junto ao conselho	08/10/2018	29/10/2018
	3ª ETAPA	Analisar os instrumentos jurídicos e marcos normativos referente ao conselho e vigilância socioassistencial no município	30/10/2018	13/11/2018
	4ª ETAPA	Realizar pesquisa de campo (levantamento de dados empíricos junto aos atores envolvidos na questão)	14/11/2018	31/12/2018
EIXO: 03 SISTEMATIZAÇÃO/ PUBLICIZAÇÃO	1ª ETAPA	Tratar e analisar dos dados serão realizados a partir da análise de conteúdos	07/01/2019	05/02/2018
	2ª ETAPA	Apresentar o suporte de georeferenciamento que apresenta o mapeamento da política de assistência social no município.	06/02/2019	29/02/2019

Tabela 04: Cronograma com o Gráfico de Gantt



Fonte: Previsão de cronograma utilizando o Gráfico de Gantt.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tendências recentes da gestão social nos obrigam a repensar formas de organização social, a redefinir as relações entre o político, o econômico e o social, com atenção às novas formas participativas.

A implementação e operacionalização do sistema de vigilância socioassistencial significou uma nova forma de organização e operacionalização da política de Assistência Social no Brasil. Esse sistema é ainda um processo de construção e que está em consonância com a proposta de gestão democrática.

Desse modo, é necessária uma formação geral para todos os atores que nela atuam, desde os gestores até os usuários, esclarecendo sobre os novos procedimentos e discutindo os princípios que a norteiam, suas implicações sociais, éticas e políticas. É importante ter acesso as informações produzidas pelo sistema de vigilância socioassistencial, o que implica na fundamentação na tomada de decisão e a influência sobre a agenda do governo, a aproximação entre governantes e governados.

Entretanto, é importante o conhecimento de todos que executam a política de Assistência Social sobre o conceito e as ações da vigilância socioassistencial e como podem ser trabalhados na gestão do territorial, tomando por base o estudo da realizada vivenciada pela política no município e relacionadas com a qualidade dos serviços ofertados aos usuários. É importante fortalecer e valorizar os fluxos de informações, tomando com parâmetros os estudos produzidos na base, levando como consideração o monitoramento e avaliação da gestão da política.

A articulação entre conselho e vigilância socioassistencial pode contribuir no processo decisório da participação social nos conselhos municipais e direcionar as decisões na gestão na política.

Há, no entanto, que se produzir uma metodologia que se constitua ao mesmo tempo em resgate de participação de indivíduos dispersos e desorganizados, e habilitação para que a política de assistência social seja assumida na perspectiva de direitos publicizados e controlada pelos seus usuários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSCHETTI, Ivanete. A Participação e o Controle Social democrático: Caminhos para a Garantia dos Direitos Sociais. In **Diálogo Público**. O TCU em Conversa com o Cidadão. Tribunal de Contas da União. Instituto Serzedello Corrêa, 2001.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é Participação**. São Paulo: brasiliense, 2004.

BRASIL. **Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. CapacitaSUAS Caderno 3. Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Brasília, DF, 1993. _____. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Norma Operacional Básica (NOB-SUAS). Brasília, DF: MDS/SNAS/SUAS, dez. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social. Brasília, DF: MDS, 2009.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAMPOS, Edval Bernardino. O Protagonismo do Usuário da Assistência Social na Implementação e Controle Social do SUAS. **Caderno de Textos Subsídios para Debate**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome /Secretaria nacional de assistência Social, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Saúde: Descentralização e Democratização. **Textos Técnicos para Debates**. III Conferência Estadual de Saúde de Alagoas. CES / SESAU / AL, 1996.

FARIA, A. A. C.; NETO, P. S. F. Ferramentas do diálogo : qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo. Brasília: MMA; IEB, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. Contribuição para a Construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n.º 78, 2004

SPOSATI, Aldaíza. O primeiro ano do sistema único de assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.º 87. São Paulo: Cortez, 2006.

YASBEK, Maria Carmelita. Estado, políticas sociais e implantação do SUAS. In: **Capacita SUAS**, v. 1, IEE-PUC/SP, Brasília: MDS, 2008.

YAZBEK, M. C. O significado social da profissão. Texto escrito para o curso de especialização *lato sensu* em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

KOGA, D. Medidas de Cidades: Entre Territórios de Vida e Territórios Vividos. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. A incorporação da topografia social no processo de gestão de políticas públicas locais. 2005. Disponível em: <http://docplayer.com.br/7639029-A-incorporacao-da-topografiasocial-no-processo-de-gestao-de-politicas-publicas-locais.html>. Acesso em 25/09/2017

_____. Medidas de Cidades: entre Territórios de Vida e Territórios Vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LINDO, Paula Vanessa de Faria. Geografia e Política de Assistência Social. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2011.

MANNHEIM, K. Sociologia Sistemática: uma introdução ao estudo de sociologia. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1971.

MINAYO, M. C. S. O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde. 9ª Edição Revista e Aprimorada. São Paulo: Hucitec; 2006.

MONTORO, A. F. Construir uma sociedade mais justa. In: CHALITA, G. (Org.) **Vida para sempre jovem**. São Paulo: Siciliano, 1992.

PMI. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos - Guia PMBOK**. 6ª Edição. EUA: *Project Management Institute*, 2017.

RAICHELIS, Raquel; WANDERLEY, Luiz. Desafios de uma Gestão Social Pública democrática na Integração regional. **Serviço Social e Sociedade**, n. 78. São Paulo: Cortez, 2004.

RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel. (Org.). **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC/ IEE, 1999.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, Ademir Alves da. **A Gestão da Seguridade Social Brasileira: entre a política pública e o mercado**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMIONATTO, Ivete ; NEVES. Ângela e CASTRO. Alba. – **Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil**. In: **Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social** – Brasília: Editora Universidade de Brasília – 2012.

SIMÕES. Carlos. *Teoria e Crítica dos Direitos Sociais: O Estado Social e o Estado Democrático de Direito*. São Paulo: Cortez -2013

SOUZA, E.J.M.; TAVARES, G.C. O Sistema de Vigilância Socioassistencial como componente prioritário do processo de gestão da assistência social: a experiência do Município de Londrina. In: Anais I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos II Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais I Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. ISBN: 978-85- 7846-337- 3. Londrina: UEL, 2015.

TATAGIBA, Luciana, Chaves Teixeira, Ana Cláudia, *Participação e democracia Velhos e novos desafios*. Civitas – Revistas de Ciências Social, [em línea] 2006,6(janeiro-junho): [Fecha de consulta: 21 de agosto de 2018] Disponible em: <<http://www.redaluc.org/articulo.oa?id =>74260112> ISSN 1519-689

XAVIER, Carlos Magno da Silva – **“Gerenciamento de Projetos - Como definir e controlar o escopo do projeto”**. São Paulo – SP. Editora Saraiva – 3ª edição, 2016.

ANEXO**ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

Data: _____

Código de identificação: _____

Unidade: _____

Representação do CMAS: _____

1. Por favor, conte-nos um pouco sobre sua trajetória profissional? Fale-nos sobre as atividades que hoje você desempenha?
2. O que Sr.(a) entende pelo conceito e vigilância socioassistencial? Em sua opinião qual a sua importância da vigilância socioassistencial para política de Assistência Social no município de Teresina?
3. O Sr.(a) tem acesso aos produções e material produzidos e/ou sistematizadas pela vigilância socioassistencial? De que forma tem acesso? Qual a periodicidade?
4. O Sr.(a) reconhecer de que forma são utilizadas as informações territorializadas pela Vigilância Socioassistencial?
5. Descreva uma situação na qual você percebeu como Vigilância Socioassistencial influenciam nos processos decisórios da Política de Assistência Social?
6. De que forma o Sr.(a) tem conhecimento sobre o fluxo de informações da vigilância com o conselho no que trata da gestão da política de Assistência Social no território? O que poderia ser feito para mudar esta situação? Como e por quê?
7. Quais sugestões o Sr(a) teria a fazer sobre a vigilância socioassistencial no município?
8. Alguma observação sobre algo que não foi questionado?